

A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS)¹

Tanise Pedron da Silva

Mestre em Extensão Rural

Professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS)
Professora da Faculdade do Nordeste da Bahia (FANEBA)
e-mail: tani_agronomia@yahoo.com.br

José Antônio Costabeber *in memoriam*

Doutor em Agroecologia, Campesinato e História
Ex-professor e coordenador do curso de Agronomia, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Historicamente o homem dependeu do que as *terras* produziam para garantir sua alimentação. Porém hoje, no meio rural, a carência de alimentos tem simplificado e até diminuído a dieta das famílias. Este artigo tem por objetivo identificar as possíveis razões que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar, bem como caracterizar alguma provável potencialidade para re-estabelecer qualquer estratégia de segurança alimentar. Para este estudo de caso, adotou-se os assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú como universo de análise, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas para realização do trabalho de campo, contando com depoimentos das famílias assentadas mais antigas. Por fim, conclui-se que está ocorrendo um processo em que os assentados, na busca por acompanhar as orientações de adoção de tecnologias em sintonia com o desenvolvimento capitalista, têm contribuído para romper com seu modo de vida específico, que chamamos aqui de *essência de agricultor*. Somado a esse fato, destaca-se que grande parte dos jovens destes assentamentos está optando por sair do meio rural, com fins de buscar uma renda independente do trabalho agrícola sem comprometimento com a perpetuação da família no lote.

Palavras-chave: Essência de agricultor, Estratégias alimentares, Assentamentos Rurais, Agricultura familiar, Urbanização.

Abstract

The (re)organization production: a study of food security in agrarian reform settlements Santa Rita and Sepé Tiarajú, city of Capão do Cipó (RS)

Historically man depended on that land produced to ensure their food. But today, in rural areas, the lack of food has simplified and reduced to the diet of families. This article aims to identify the possible reasons that limit farmers to include in your organization productive food security strategies and to characterize any likely potential to re-establish any food security strategies. For this case study, we adopted the agrarian reform and Santa Rita Sepé Tiarajú

¹Este artigo refere-se à dissertação de mestrado da autora, pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR/UFSM), financiado pelo próprio Programa com auxílio de bolsa CAPES, sob o projeto intitulado: De agricultor à consumidor: uma transformação nas concepções e práticas da dimensão alimentar dos assentamentos de reforma agrária. O caso de Capão de Cipó/RS.

universe as analysis, using semi-structured interviews to conduct the field work, relying on testimony of the oldest families settled. Finally it is concluded that a process is occurring in which the settlers in seeking follow guidelines for adoption of technologies in line with capitalist development, have contributed to breaking their specific way of life, which we call here the essence of farmer. Added to this fact, it is noteworthy that most young people these settlements are opting out of the rural environment, with the purpose of seeking an independent income from agricultural work without commitment to the perpetuation of family on the lot.

Keywords: Essence of farmer, Feeding strategies, Family farming, Family farming, Urbanization.

Resumen

La organización (re) producción: un estudio de la seguridad alimentaria en los asentamientos de la reforma agraria y Santa Rita Sepé Tiarajú, Capão do Cipo (RS)

Históricamente el hombre dependía de que la tierra produce para asegurar su alimentación. Pero hoy en día, en las zonas rurales, la falta de alimentos se ha simplificado y reducido a la dieta de las familias. Este artículo tiene como objetivo identificar las posibles razones que limitan a los agricultores a incluir en sus estrategias de seguridad alimentaria productivos organización y caracterizar cualquier potencial probable que vuelva a establecer cualquier estrategia de seguridad alimentaria. Para este estudio de caso, hemos adoptado la reforma agraria y de Santa Rita Sepé universo Tiarajú como el análisis, a través de entrevistas semi-estructuradas para llevar a cabo el trabajo de campo, basándose en el testimonio de las familias más antiguas asentadas. Finalmente se concluye que un proceso se está produciendo en la que los colonos en busca pautas seguir para la adopción de las tecnologías en línea con el desarrollo capitalista, han contribuido a romper su modo de vida específico, lo que llamamos aquí la esencia del agricultor. Sumado a este hecho, hay que destacar que la mayoría de los jóvenes en estos asentamientos están optando por salir del medio rural, con el propósito de buscar un ingreso independiente del trabajo agrícola y sin compromiso con la perpetuación de la familia en el lote.

Palabras-clave: Esencia del agricultor, Estrategias alimentarias, Asentamientos rurales, Agricultura familiar, Urbanización.

Introdução

A produção de alimentos praticada pelas sociedades rurais sempre esteve fortemente ligada às estratégias de segurança alimentar, caracterizadas pela ligação direta com a natureza, e pelas formas com que o homem se relaciona com ela. Este trabalho diário de *fazer agricultura* contribui para construir os laços sociais e culturais entre os sujeitos do meio rural, determinando um modo de vida típico, que os difere de qualquer outra categoria social.

Entretanto, um dos dilemas que a agricultura se encontra atualmente se refere à condição de falta de alimentos em quantidade suficiente para o grupo familiar, ou, então a quantidade se apresenta suficiente, porém de forma simplificada diferenciando-se da imagem conhecida de “mesa farta” que o meio rural sempre apresentava. Em meio a essa questão, é importante analisar o distanciamento gradual das práticas e estratégias consideradas típicas dos agricultores, em que a produção dos seus próprios alimentos, tanto em quantidade como em diversidade, sempre foi essencial para atender a segurança da família do meio rural. Observa-se que a ideia de um meio rural rico em estratégias que

garantiam a abundância de alimentos tem ficado para trás, rompendo-se inclusive com o ciclo intergeracional de transmissão dos conhecimentos empíricos, e também da experiência diária adquirida pelos mais jovens. Frente a essa nova realidade de fragilidade alimentar, as famílias não mantêm sob seu domínio a perpetuação do grupo familiar, contribuindo para descaracterizar esta categoria.

Neste contexto de abastecimento alimentar, Menasche et al. (2008) diz que a produção voltada ao consumo familiar antigamente representava uma época de fartura e diversidade, em que o fato de produzir alimentos em quantidade suficiente mantinha a família alimentada, além do reconhecimento social da prática de produzir alimentos. No centro dessa discussão, chama-se a atenção para o caso dos assentamentos de reforma agrária, que, para Bergamasco e Norder (1996), se caracterizam por serem espaços definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras e estabelecem outros padrões sociais. Ou seja, considera-se que os assentamentos de reforma agrária se diferenciam das demais unidades agrícolas pela forma de utilização dos recursos disponíveis e também pelas redes de sociabilidade com fins garantir a autonomia da família perante as adversidades. E para isso, atender a dimensão primordial humana - a alimentação - exige o comprometimento dos assentamentos em perpetuar a produção de alimentos. Nesse sentido, a família como a unidade básica nestes espaços agrários, que está no comando da gestão da propriedade e se caracteriza por lutar por sua autonomia, através do fortalecimento dos recursos necessários à sobrevivência, cabe questionar o que está impedindo as impede de incluir na organização produtiva as estratégias que garantam a sua maior soberania e segurança alimentar.

Partindo-se da idéia de que é o rural o espaço propício à produção de alimentos, por ter em seu meio as condições para a prática social da agricultura, então é possível indagar porque é exatamente neste espaço onde se concentra a maior parte da população em situação de insegurança alimentar no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) apontam que 35% da população rural se apresentam nessa situação, contra 30% do urbano (PNAD, 2009). Para aprofundar essa questão, cabe refletir sobre como os assentamentos de reforma agrária chegaram nessa situação de debilidade alimentar acentuada, tendo em vista que a soberania e a segurança alimentar compõem bandeiras primordiais em sua luta.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir as possíveis causas que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva as estratégias de segurança alimentar, tendo em vista que os assentados de reforma agrária recebem orientação nacional de *como fazer agricultura* com fins de atingir sua autonomia.

Sobre o aspecto de transformação nas estratégias de segurança alimentar, considera-se neste trabalho que os agricultores estão passando por um processo de *ruptura da essência de agricultor*. Tal processo em virtude dos assentamentos de reforma agrária esta acompanhando o modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura, que prima pela vida industrializada e pelos valores que são gradualmente desconectados do mundo natural. Rompe-se assim, com o sentimento e o significado que a produção de alimentos representava para esta categoria social.

Outro elemento importante a ser destacado se refere ao estreitamento dos universos urbano e rural, que contribuiu para a tomada de decisão dos agricultores em atender o mercado, levando uma massa de agricultores a substituir a ordem prioritária das necessidades historicamente construídas pelas famílias assentadas. Ou seja, a antiga imagem de famílias rurais que mantinham sob seu domínio a dimensão alimentar com abundância e diversidade de alimentos, está sendo substituída pela ideia de aumento e diversificação dos níveis de renda, através da priorização em atender os mercados. Tal diversificação pode ser constatada pela saída de muitos jovens do meio rural para trabalhar no meio urbano, sob determinadas justificativas, como: “o gosto pela cidade”, ou então “por

uma vida melhor” ou ainda “porque não quero ter uma vida igual a dos meus pais”². Neste contexto, Ploeg (2008, p. 47) analisa que “para alguns camponeses a auto-suficiência implica na satisfação das necessidades nutricionais da família, entretanto, para outros essa noção se refere puramente ao nível de renda.” Dessa forma a alteração que ocorre na ordem de prioridades das necessidades do núcleo familiar transforma também o modo dos agricultores se relacionarem com o agroecossistema em que estão inseridos, portanto, nas estratégias de segurança alimentar que estão intimamente conectadas com os processos naturais. É importante dizer que tal processo se deve à invasão dos aspectos da vida urbana no meio rural, implicando na re-construção de vários significados para a família rural.

Esta reflexão é justificada pelos assentamentos de reforma agrária carecer de estudos mais detalhados sobre o que tem causado limitações na organização produtiva de forma a não adotar antigas estratégias de segurança alimentar. Tendo em vista que estes espaços se caracterizam por receber orientação nacional e internacional de *como fazer agricultura*, e ainda por que têm a luta pela conquista da terra como sinônimo de autonomia.

Segurança alimentar: a origem do conceito e as diferentes concepções

Para começar a discussão em torno da temática proposta, é importante iniciar pelos conceitos de segurança alimentar, bem como pelas diferentes interpretações que vêm recebendo desde seu surgimento, e também do termo soberania alimentar, muito discutido pela Via Campesina e mais recentemente também pelos órgãos de Estado, porém com uma diferença de propósitos. Enquanto a Via Campesina discute segurança e soberania alimentar como um dos instrumentos para a transformação da realidade social tanto de quem produz como para quem consome, vindo a significar a independência alimentar em relação ao mercado agroalimentar, o Estado apresenta a segurança alimentar como combate à fome para fins de continuar na construção do modelo de desenvolvimento que o país tem buscado.

É válido dizer que o surgimento da definição do termo segurança alimentar tem origem na I Guerra Mundial, quando os países perceberam que a manutenção de alimentos em quantidade suficiente era primordial para a segurança nacional, surgindo à necessidade de formação de estoques estratégicos para que as nações ficassem menos vulneráveis e dependentes em tempo de crise e guerra (CONTI, 2009). Assim, o surgimento da noção de segurança alimentar teve cunho militar, com perspectivas de manter os soldados em condições para guerra, e não como uma noção de acesso à alimentação saudável com vistas a proporcionar uma vida digna para as populações.

No Brasil, a concepção de segurança alimentar foi definida na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, e que incorpora as noções de saúde, diversidade cultural, sustentabilidade social, econômica e ambiental:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentação adequada, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2004, p. 04).

Porém, é importante destacar que a partir dos anos 1980, quando começa o processo de internacionalização da agricultura, que tem como principal característica a concentração do sistema de produção de alimentos em poucas empresas multinacionais que subcontratam agricultores e homogeneizam o consumo alimentar, surgem em resposta

² É importante destacar que tais expressões são oriundas de conversas com jovens rurais, durante o trabalho de campo, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Agronomia, da UFSM, realizado pela autora em 2009.

a esta tendência os movimentos sociais do campo (VIEIRA, 2008). A proposta de organização mundial de camponeses surgiu em 1992, na Nicarágua, com líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa (VIEIRA, 2008), tendo como uma das principais bandeiras a luta pela soberania alimentar dos povos. É neste momento que surge o movimento denominado Via Campesina, que se apresenta e constrói a ideia de uma nova sociedade, que possa trazer como suas bases uma alimentação diversa e saudável para a população local, trazendo também as pautas da reforma agrária, da garantia da diversidade genética, dos direitos humanos, de igualdade social. Sob este ponto, Vieira (2008, p. 07) sugere que “as construções da identidade interna e da imagem externa da Via Campesina têm sido marcadas pela noção de soberania alimentar”.

Vieira (2008) ainda afirma que a definição de soberania alimentar pela Via Campesina teve início já na II Conferência da Via Campesina, em 1996, que deu bases para posteriormente ser consolidado o conceito definitivo. No mesmo ano, foi apresentado na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, a definição de soberania alimentar como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIEIRA, 2008, p. 07). Para Valente (2002, p. 114), a noção de “Soberania Alimentar surge como uma resposta dos movimentos sociais à perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover um conjunto de políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional de suas populações, no contexto da progressiva internacionalização da economia imposta pelo processo de globalização”.

Em relação à concepção de soberania alimentar defendida pela Via Campesina, cabe ressaltar que um dos marcos importantes da sua reformulação se deu em 2001, em Cuba, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores. Na sua Declaração Final consta que:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, p. 03).

Posteriormente, o conceito tomou fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como:

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, p. 45).

Assim, a noção de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que a segurança alimentar, pois traz uma preocupação tanto dos camponeses enquanto produtores reais de alimentos, como dos consumidores em adquirir alimentos saudáveis, referenciados na cultura e no espaço geográfico local. Os camponeses organizados sob a Via Campesina, através do discurso de soberania alimentar, se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos, entendendo que este modelo

é incompatível com a agricultura diversificada, referenciada culturalmente, que proporciona acesso a alimentos saudáveis para as comunidades locais, baseadas nas suas crenças, tradições, paladares e saberes. Isso determina uma linha divisória do conflito das concepções sobre a função da agricultura para os camponeses organizados de forma aliada à Via Campesina e para o mercado agroindustrial: enquanto a primeira (a Via Campesina) busca garantir às comunidades seu modo específico de existência, tendo como prática discursiva a defesa da valorização do agricultor, dos saberes tradicionais, dos valores e crenças, dos costumes, da correlação entre trabalho e família, o segundo (o mercado agroindustrial) valoriza as quantidades de matéria-prima que os agricultores são capazes de produzir para sustentar o modelo hegemônico de alimentação atual, baseado em poucas variedades de grãos.

Essas concepções de segurança alimentar precisam ser resgatadas para evidenciar que o conceito ainda se apresenta inacabado, pois representa um campo de discussão ainda em disputa, onde diferentes segmentos ao longo do tempo apresentam discursos com o intuito de legitimar sua posição na dimensão da segurança alimentar. Mesmo em contextos de assentamentos de reforma agrária, em que os sujeitos recebem orientações da Via Campesina e do MST de como *fazer agricultura*³, que atinge esse tema, é possível constatar que há divergências discursivas e práticas, pois ainda não se está consolidado um consenso sobre o significado de ser assentado e como esse se relaciona com as estratégias de segurança alimentar. Sobre esse fato, é pertinente destacar que a diversidade social e cultural que há nesses espaços, bem como as múltiplas intervenções externas (agentes de extensão rural, grupos religiosos, órgãos estatais), contribuem fortemente para transformações nestes espaços rurais. Como menção a estas transformações, cita-se o caso das sucessivas re-construções dos sistemas produtivos na busca por uma melhor perspectiva na agricultura, o que leva muitos agricultores a priorizarem o aumento da renda familiar, atrelando-se a mercados que tratam a questão da alimentação como homogênea. Dessa forma, é importante destacar que há diferença de concepções dada à diferença de interesses. E nesse contexto de diferença de interesses, os assentados de reforma agrária, mesmo recebendo uma orientação sobre como praticar a agricultura, passam por determinados processos que prejudicam as antigas estratégias de segurança alimentar. Tais processos, que dizem respeito à *alteração na ordem prioritária das necessidades das famílias rurais* e a *ruptura da essência de agricultor*, serão discutidos na próxima seção.

Os novos processos que re-configuram a segurança alimentar dos assentados de reforma agrária

Na grande transformação que ocorre nas unidades familiares, valem ser destacadas as formas de pensar, decidir e agir sobre o agroecossistema, que transformam também os valores da família com a prática social da agricultura. Sob este aspecto, quer dizer que alguns agricultores não sentem mais a motivação e o orgulho de produzir alimentos e de estar vinculados ao mundo social que a agricultura proporciona. A este processo chamamos neste ensaio de ruptura da essência de agricultor.

Assim, no que se refere à prática tradicional de produzir seus próprios alimentos, referenciada na arte do saber-fazer das famílias assentadas, Galeski (1979 apud FARIAS, 2007, p. 36) sugere que as formas organizativas da produção recebem diversas influências internas e externas, que colaboram para as mudanças tanto na produção como na própria família, uma vez que esta última é fruto do trabalho desempenhado. Ou seja, a essência de

³ Sobre essas orientações emanadas pela Via Campesina e MST, relaciona-se à: a produção agrícola voltada a priorização absoluta para o cultivo de alimentos saudáveis como princípio para a soberania alimentar; organização da produção com base ao desenvolvimento de formas cooperação agrícola (associações, cooperações, mutirões, organização comunitária); promoção de uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, buscando promover uma agricultura sustentável, em bases agroecológicas, sendo que este novo modelo produtivo, gere também uma nova base alimentar adequada aos ecossistemas e equilibrada culturalmente (MST, 2009).

agricultor está diretamente conectada ao trabalho desempenhado diariamente por estes sujeitos.

Balem e Silveira (2002, p. 07) associam que “a leitura particular que o agricultor faz de seu agro-ecossistema e das decisões e ações que tem efetivado em sua experiência, é um elemento constituinte da cultura de agricultor”. Entretanto, é importante dizer que a prática da agricultura não se dá simplesmente pela interação do agricultor com o ecossistema que ele está inserido e que representa seu espaço de trabalho. A prática da agricultura se dá por uma mescla de elementos que complexificam a figura de agricultor. Além da questão do saber-fazer, citam-se: a satisfação com a atividade realizada, o valor que o ambiente simboliza no seu cotidiano, o sentimento de adoração pelo trabalho na terra, seu orgulho em produzir alimentos, suas crenças relacionadas às especificidades locais (como as lendas) e do seu trabalho.

Em meio a essa discussão, sugere-se que a modernização da sociedade deixou impactos na caracterização dos indivíduos do meio rural. Balem & Silveira (2002, p. 07) agregam esses impactos à “expropriação do agricultor a condição de decidir e agir com base em sua cultura, da compreensão do agroecossistema e de seu conhecimento adquirido das gerações passadas”, e ainda a “retirada do exercício da observação permanente do desenvolvimento das culturas”, graças aos padrões técnicos estabelecidos, impedindo que o agricultor tenha o poder de reconstruir uma resposta frente às possíveis crises que possam ocorrer na unidade agrícola.

Como nos espaços de assentamentos de reforma agrária há uma mescla de agriculturas, convencional e tradicional, ambas podendo se apresentar em diferentes estágios e/ou gradientes, surge uma re-organização da produção, formando novas inter-relações entre os agricultores e seu meio, dificultando que se faça uma definição limitada e linear da vida de agricultor baseada nas características gerais deste modo de vida. Este fato está contribuindo significativamente para limitar os assentados de reforma agrária no pensar e decidir a unidade agrícola, incluindo as estratégias de segurança alimentar.

Para exemplificar este processo, cita-se o caso do processamento de alimentos no meio rural, tais como pães, bolachas, queijos, iogurte, entre outros, que se refere a uma prática comum da chamada agricultura familiar ou camponesa. Com base em receitas de família, agregando valor peculiar do saber-fazer, ou seja, aquela família *faz* determinados alimentos porque *sabe* na prática como é processado, graças a um saber repassado por gerações passadas, contribuindo para perpetuar não somente um saber prático, mas também uma rica estratégia de segurança alimentar.

Outro exemplo que merece destaque é o caso da produção leiteira, onde os agricultores utilizam raças com alto potencial produtivo, fruto das tecnologias de melhoramento genético animal, entretanto ainda realizam o manejo de forma tradicional, oferecendo baixa quantidade de pastagem em época de frio mais intenso, submetendo os animais a baixos teores energéticos, limitando, portanto, a quantidade de leite diária. Dessa forma o agricultor permanece num emaranhado de saberes, ora técnico-científico, ora tradicional, o que colabora para fortalecer seu distanciamento com o mundo particular do meio rural, já que ele busca acompanhar as inovações a ele fornecidas, porém com saberes que não servem a essas inovações.

Neste sentido, Farias (2007) diz que, nos assentamentos de reforma agrária, há famílias com valores alicerçados na cultura tradicional, porém já transformados, e outras que já alteraram visivelmente a sua cultura, fazendo com que as suas experiências sejam próximas às do urbano. Segundo a autora, isso pode apresentar a fragilidade da ligação das famílias com a terra como um lugar de morada e de reprodução, tendo uma influência dos princípios de produção capitalista, direcionados ao mercado.

A autora comenta ainda que, quanto maior o grau de modernização, maiores serão as alterações na organização interna da família, dadas as alterações na organização produtiva, que podem resultar também em transformações no núcleo familiar, fruto do abandono das práticas tradicionais de produção de alimentos (FARIAS, 2007).

Desse modo, a noção de essência de ser agricultor é ferida pelo avanço da vida moderna sobre o meio rural. Entretanto, este modo de vida específico poderá ter função de

mola de resistência frente a um processo cada vez maior de adaptação das famílias assentadas à modernidade, dada a sua proximidade com o meio natural e com a produção de alimentos, bem como com os vínculos sociais e culturais específicos desta categoria. Pois, quando se reconhece os agricultores como guardiões de um saber-fazer gerado pela prática da agricultura, é possível lhes conferir dignidade e cultura de ser agricultor. E quando se encontram em vias de dissipar essas práticas típicas de construir seu saber calcado no trabalho diário, abandonar práticas de organização e observação para pensar, decidir e agir na unidade produtiva, observa-se um processo de apropriação das cadeias agro-alimentares sobre essa essência de agricultor, contribuindo para descaracterizar este modo típico de vida, sob o falso discurso de desenvolvimento pela via de mercado.

Buscando atender as necessidades geradas pelo desenvolvimento, as unidades rurais familiares re-orientaram o foco dos recursos disponíveis na unidade produtiva, sob a falsa premissa de eficiência através das tecnologias industriais como sinônimo de crescimento, o que poderia, portanto, melhorar a condição de vida aos agricultores. Assim, as históricas características da essência de agricultor, diante das transformações advindas do mercado, foram re-modeladas, impactando, dentre outras dimensões, a lógica interna de organização da produção que nega as estratégias de segurança alimentar.

A partir do vigoroso discurso de desenvolvimento capitalista e da intervenção das práticas e valores oriundos deste modelo, há uma maior interação do rural com o urbano. Este último passou aos poucos a ser referencial da vida moderna, transformando os processos produtivos e também os próprios sujeitos sociais, ou seja, os agricultores. Assim, surge o segundo processo no contexto nos assentamentos de reforma agrária, que diz respeito à incorporação das formas específicas do mundo urbano na vida dos sujeitos do meio rural, que faz com estes requeiram para segundo plano sua autonomia, tornando-se dependentes de cadeias agroalimentares até mesmo para atender a dimensão primordial de sua existência, a alimentação.

A lógica verificada no espaço urbano difere da lógica dos habitantes do meio rural, em especial na dimensão das relações sociais e da natureza que são articuladas de modo a garantir a reprodução do modo específico de vida rural, que inclui a produção de seus próprios alimentos. Para Carlos (2004), o grande desafio em analisar a cidade e o campo diz respeito às diferenciações das relações sociais contidas em cada um, em que o rural não está desaparecendo e também não está ocorrendo um domínio do urbano, mas sim uma vinculação entre eles. As experiências e as habilidades acumuladas pelo trabalho diário demarcam a estreita relação entre os agricultores e o mundo natural, se apresentando como uma dimensão que manifesta o modo de vida do meio rural com particularidades que inexistem no urbano.

Apesar de se demarcar aqui esse modo de vida específico do mundo rural, não se tem o propósito de cair na dicotomia de análise urbano-rural, como propõem alguns estudiosos, como Milton Santos (1993) e José Graziano da Silva (1996), que relacionam o rural como um *continuum* em que a urbanização transformaria o rural em completo espaço urbano. Mesmo com esse modo de vida específico que envolve os agentes do meio rural, já é possível compreendê-lo como um espaço que combina os aspectos da vida moderna urbana, impossibilitando analisá-los de forma polarizada, antagônica, superando o recorte clássico de análise urbano-rural.

Para tal discussão, adota-se a proposta de Rua (2005; 2006), que discute a manutenção das especificidades do rural mesmo com a intervenção do urbano, na qual o autor chama de urbanidades no rural⁴. Sob esta vertente de análise, urbanidades no meio rural significam as transformações pelas quais este espaço passa hoje, fruto da complexidade das interações urbano-rural. Entretanto, tais transformações não representam novas ruralidades, e sim uma re-significação do rural que inclui uma série de representações como outro rural (RUA, 2006). O autor propõe a idéia de urbanidades no rural por compreender que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base

⁴ O termo *urbanidades no rural* é encontrado em outros textos como *novas ruralidades*, de autoria de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay (RUA, 2006).

para ações políticas, como, por exemplo, a reforma agrária, além de o território servir como instrumento de reprodução de agente social (RUA, 2006), ou seja, o espaço, o trabalho específico do meio rural produz o agente social (agricultores).

Rua (2005; 2006) também discute as transformações no cotidiano dos agricultores pela assimilação dos costumes do urbano, o que, segundo o autor, parece contribuir para a desconstrução de determinados laços locais de sociabilidade específicos do universo rural, como, por exemplo, a rede de solidariedade alimentar⁵ e a própria produção e autonomia alimentar, porém com a manutenção de especificidades locais. Nesse mesmo sentido, Carneiro (1997) propõe que a lógica existente de um grupo social se sustenta num conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los de qualquer grupo na sociedade. Ou seja, no caso dos agricultores, a manutenção das prioridades históricas, como a autonomia alimentar, é fundamental para manter vivo seu grupo social.

Neste contexto de interpretar o rural re-significado pela sua interação com o urbano, é importante destacar que novas formas de se relacionar com as pessoas e com o seu meio também são re-significados:

[...] a ressignificação do rural [...] fruto das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes 'rurais' e 'urbanos', usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos convivem [no cotidiano] (RUA, 2006, p. 95).

Ainda sob este tema, Rua (2005, p. 48) analisa que os camponeses estão diretamente integrados à produção capitalista, através da sua ligação com os complexos agroindustriais, “viabilizada pelo empresariado rural, com base em créditos bancários, difusão tecnológica e ampliação de mercados de bens de produção industriais para agricultura.” Ou seja, re-significando também os habitantes do meio rural, em que estes se apropriam de uma vida repleta de imagens (como o poder e o desejo de consumo de produtos como a coca-cola, assessórios de beleza, e até gostos musicais tipicamente urbanos), que se aproxima da vida moderna, e da demanda por produtos, serviços e marcas nunca antes desejados pelos camponeses, e que registram o universo peculiarmente capitalista.

A associação dos aspectos da vida urbana ao modo vida do meio rural, como a dimensão alimentar, submete as famílias à lógica e às tradições das ditas famílias urbanas e modernas, e dessa forma compromete também sua garantia de reprodução social. Assim, a adoção da prática de compra de alimentos pelos agricultores pode vir a representar à reorganização da produção que exclui as estratégias de segurança alimentar. Sob este aspecto se torna interessante refletir sob a perda de autonomia das unidades familiares de produção, revelando um conflito na lógica interna destas unidades, uma vez que deixam de produzir seus alimentos com vistas a atender as demandas de produção, perdendo também a tradição de consumir alimentos produzidos por elas mesmas, desconectadas de suas histórias de vida, das especificidades locais e ainda da essência de agricultor.

Metodologia

Para realização desta pesquisa, adotaram-se como universo de estudo os assentamentos de reforma agrária Sepé Tiarajú e Santa Rita, localizados no município de Capão do Cipó (RS), focando na adoção (ou negligência) das famílias em manterem sob seu domínio estratégias de segurança alimentar, demarcando suas semelhanças e

⁵ Tais redes se referem às trocas de alimentos entre vizinhos e parentes, seja pela cultura da cortesia, seja pela doação de alimentos em troca de algum serviço.

diferenças. A garantia da segurança alimentar pode dar-se de diversas formas, como, por exemplo, pela via da renda através da compra de alimentos, entretanto, neste trabalho buscou-se investigar as práticas de autoconsumo das famílias como forma de garantia de segurança alimentar.

O assentamento Santa Rita foi implantado no ano 1987, sendo 45 famílias assentadas, e o assentamento Sepé Tiarajú foi implantado em 1988, sendo 25 famílias assentadas.

Quanto à delimitação do público a representar a amostra do universo de estudo, buscou-se entrevistar àqueles que mantêm sua história de vida relacionada diretamente com a agropecuária, e vínculo igualmente direto com a trajetória de lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este recorte pretende abarcar as famílias que se utilizam de um saber-fazer e de todo o universo de relações que são típicas do modo de vida do rural, conectadas diretamente com a produção de alimentos. Haguette (1995, p. 86) define entrevista como “um processo de interação social entre duas pessoas, [...] e que tem por objetivo a obtenção de informações [...]”. Almeida (1989, p. 114) considera a entrevista como um “instrumento excelente para pesquisa de campo”, e que “difere da simples conversa pelo fato de ser deliberadamente planejada com intenção de alcançar um objetivo específico pelo uso de técnicas adequadas”.

Esta pesquisa ocorreu em três momentos importantes: no **primeiro momento** contou com a definição do problema e elaboração do objetivo geral, do referencial teórico e do público alvo deste estudo; no **segundo momento** consistiu na vivência a campo, a fim de investigar, por meio das entrevistas semi-estruturadas, a trajetória dos assentados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como o seu cotidiano referente à organização da produção. Triviños (2006) define entrevista semi-estruturada como aquela que parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogações.

É importante destacar que seguiram-se os seguintes critérios de definição: primeiros assentados, por terem vivenciado o momento de implantação do assentamento e as dificuldades iniciais perante um agroecossistema desconhecido; famílias que tinham trajetória no MST e que conheciam a orientação das lideranças nacionais e internacionais do movimento; e famílias que tinham origem no meio rural, o que as identificava com os aspectos da *essência de agricultor*. Do conjunto das famílias dos assentamentos, foram selecionadas oito famílias do assentamento Santa Rita e seis do assentamento Sepé Tiarajú, representando 20% e 24% respectivamente do total das famílias de cada assentamento. No **terceiro momento** da pesquisa se deu pelas transcrições dos conteúdos coletados durante as entrevistas, paralelamente ao processo de reflexão entre a observação a campo e o referencial teórico, tendo como fruto as análises, interpretações e discussões que tornaram possível finalizar esta dissertação.

História e dinâmica das estratégias de segurança alimentar nos assentamentos Santa Rita e Sepé Tirajú

Dos entrevistados, todos são oriundos do Acampamento da Fazenda Anoni, naturais das mais diversas cidades do Alto Uruguai (RS). Assim, buscando-se compreender um pouco da história desses agricultores em relação à *opção* de seguir *na luta pela terra*, percebe-se a preocupação com a garantia da reprodução social da família vinculada ao meio rural, sendo este um motivo potencializador para participar do MST. Em síntese, a produção de seus próprios alimentos ocupa um lugar central nas estratégias de reprodução do grupo familiar.

A chegada ao assentamento foi relatada como um período de “vida difícil”, marcada, por um lado, pelo “abandono por parte do INCRA” numa região desconhecida e sem nenhuma infraestrutura, e, por outro lado, marcada pelo sentimento da certeza da terra

própria. O período árduo de “trabalho nas terras alheias⁶” foi substituído por um novo período em que aplicar o seu *saber-fazer* para sobrevivência do grupo familiar é caracterizado como algo para orgulho e prestígio social.

Durante as entrevistas, percebeu-se que conversar com os assentados sobre a chegada e o reconhecimento da área conquistada é uma tarefa delicada e carregada de emoção, caracterizando muitos desabafos sobre a precariedade inicial, entretanto, foi um momento importante para traçar as primeiras estratégias de segurança alimentar.

[silêncio, os entrevistados enchem os olhos de lágrima] As dificuldades que a gente passou, não tínhamos a quem recorrer. Longe das nossas origens. Nós comíamos até abóbora frita e achávamos bem gostoso. A falta de tudo. De luz, de água, de comida. O INCRA deixou faltar. Mas a gente chegou sabendo que conquistamos a terra (ENTREVISTA 7, SR).

Assim, dificuldades iniciais que os assentados relatam podem ser sintetizadas em duas partes: as limitações ligadas a infraestrutura, tais como falta de água, de luz, de estrada, e de equipamentos agrícolas, e os que apontam a dificuldade inicial em produzir e adquirir alimentos tanto para os primeiros dias como no primeiro ano em que já estavam na área. Neste segundo caso, os assentados apontam essa dificuldade na dimensão alimentar devido à impossibilidade de obter sementes, que o pouco que eles tinham ainda era oriundo do acampamento Anoni, e, principalmente, pelo desconhecimento do agroecossistema no qual eles estavam sendo assentados.

Condições de desconhecimento do agroecossistema, a falta de sementes para os primeiros cultivos, sem estradas - o que dificultava o acesso a outras localidades da região - sem recurso financeiro, colaboraram para que, logo, na chegada a área do assentamento, os assentados definissem algumas estratégias de segurança alimentar, colocando em prática os conhecimentos e experiências acumulados durante a vida de agricultor, porém agora numa condição de terra própria.

Nesses cultivos para autoconsumo, no início dos assentamentos, aparece com predominância o cultivo de feijão, mandioca, batata, abóbora, melancia, temperos, milho e arroz. Destaque-se que o arroz passou em um segundo momento a ser produzido para a comercialização, mas tinha como objetivo inicial abastecer o grupo familiar. Outra estratégia relatada pelos assentados, tanto no Santa Rita como no Sepé Tiarajú, em especial pelas mulheres, refere-se a manter o entorno da casa com cultivos *pro gasto* e com criação de animais, em especial galinhas e suínos.

As estratégias de hortas e criação de animais no quintal foram umas das primeiras atividades de segurança alimentar implementadas, sob o cuidado das mulheres, buscando garantir e diversificar a dieta da família. Entretanto, com o tempo, parece que essa estratégia alimentar, típica do universo rural, foi perdendo importância e espaço físico na área dos lotes. O que se constatou no trabalho empírico é que ainda existem essas estratégias, porém debilitadas. Hortas descuidadas e com poucos cultivos, restringindo-se, na maioria dos casos, em tempero verde, couve e às vezes em alface. “A gente nunca abandonou por completo [cultivo *pro gasto*], **alguma coisinha sempre tem**, mas é verdade que caiu bastante” (ENTREVISTADO 7, SR).

Esse desvio dos agricultores em relação a esta estratégia tem um grande significado: a negação de uma das práticas mais tradicionais da agricultura tradicional, ou seja, a negligência do modo camponês de fazer agricultura que visa um elevado grau de autonomia das famílias (PLOGG, 2008).

Além dessa debilidade nos cultivos “*pro gasto*”, ainda há um sério agravante no que tange a estas estratégias, que se refere ao tratamento químico feito nas hortas. Ou seja, os assentados levaram para o *redor da casa* o mesmo sistema produtivo das culturas anuais: utilização de agrotóxicos nas hortas que abastece a própria família.

⁶ Importante destacar que grande parte dos entrevistados relata que sua atividade no trabalho na terra, antes de acampar, se dava na forma de “quase trabalho escravo nas terras dos outros” ou então arrendavam terras para plantar.

Assim, vale analisar, através do discurso dos assentados, que eles estão abandonando um dos princípios centrais da agricultura, como a *natureza*, e também para os cultivos de subsistência. Dito em outras palavras, estão adotando o padrão industrial de agricultura semelhante aos sistemas produtivos comerciais no qual eles trabalham. Através da interrupção da centralidade na natureza na conversão de alimentos e de bebidas (capital ecológico), a agricultura se tornou cada vez mais dependente da artificialização dos agroecossistemas, e por conseguinte, do capital industrial (PLOEG, 2008).

Sobre o histórico das atividades agrícolas nos dois assentamentos, ambos começaram com o cultivo do trigo na quase totalidade da área, além de algumas parcelas de milho. Com o fracasso financeiro obtido com a produção de trigo, partiram, no segundo ano, para a produção de soja em toda área. E no terceiro ano, começaram a produção de leite, atividade que se estende até os dias atuais. “No segundo ano que nós estávamos aqui, plantamos soja, **daí nós fomos pro buraco!** Investimos nuns tratores. Eram 14 tratores no começo do assentamento. É, a gente foi **muito bem** informado [ironia]” (ENTREVISTADO 2, SR). Dessa informação, vale destacar que, desde o início destes assentamentos, houve a implantação e substituição das especializações agrícolas, estando os assentados fortemente preocupados em atender o mercado da região, que já tinha e ainda tem toda infraestrutura para produção e armazenamento de grãos. Este fato contribuiu para que os assentados mantivessem ao longo do tempo sucessivas especializações.

Sobre a produção de leite, é importante destacar que ela permitiu a criação de outra estratégia de segurança alimentar, que diz respeito ao processamento caseiro de alimentos, tais como doce de leite, queijo, iogurte e requeijão. No assentamento Santa Rita, as mulheres caracterizam esta prática como “um trabalho a mais”, que não vale a pena ser feito, pois com a idade avançada de grande parte dos assentados e a juventude indo morar na cidade sem dar continuidade à terra, o processamento de alimentos é compreendido com uma atividade produtiva que demanda muita mão de obra. “**Não!** Eu não faço mais [processamento caseiro]. Quando meu filho e meu neto moravam comigo, eu fazia. Mas agora que moram longe, eu não faço mais. Mas eu fazia só pro gasto, não vendia” (ENTREVISTADA 5 SR). Para os assentados do Sepé Tiarajú, o motivo para a decisão de cessar o processamento caseiro de alimentos foi a falta de um mercado local para venda do excedente desses alimentos, em especial os queijos e doce de leite.

Outra estratégia de segurança alimentar do passado, e que se perdeu em ambos os assentamentos, refere-se à troca de alimentos entre os assentados. Esse troca-troca de alimentos pode representar uma *rede de solidariedade alimentar*, e sugere também uma troca de saberes, experiência e receitas, fortalecendo outras relações entre os assentados, extrapola a questão alimentar. Sob este aspecto, Krone (2011, p. 49) afirma que a troca de alimentos cria uma “fonte de sociabilidade e de comprometimento entre os atores sociais”, permitindo a manutenção de uma rede distributiva de alimentos, uma relação muito presente nas comunidades tradicionais. Entretanto, esta prática nos assentamentos aparece mais como uma forma constrangedora de se relacionar com vizinhos ou parentes. Essa “reciprocidade” é na verdade encarada como prática de um período de debilidades e penúria alimentar; parar com essa estratégia significa que as famílias acessaram melhores condições no lote.

No que tange a organização da produção, é válido destacar que a forma de organizar a produção adotada pelas famílias pode representar os interesses e a maneira com que os assentados se enxergam no meio rural: como agricultores ou como produtores. Poderia-se dizer que os *agricultores* têm como prioridade a produção de *alimentos*, ao passo que os *produtores* têm como meta a produção de “*commodities*”. Sob este aspecto, Balem e Silveira (2005) também diferenciam agricultor de produtor: enquanto o segundo é fruto de um padrão definido pela indústria que tem a função de tornar o processo produtivo homogêneo, desvinculando-se dos processos naturais, o primeiro é fruto de uma construção social, em que suas construções históricas estão relacionadas com sua relação com a natureza e com os processos culturais e sociais locais. No caso dos assentamentos alvos do presente estudo, em que as famílias viveram num contexto de adaptação e re-

estruturação das suas práticas agrícolas, é válido destacar que *o pensar, decidir e agir da organização produtiva* foi determinante para as condições de segurança alimentar.

No caso específico dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, pode-se citar a visita semanal da “caminhonete do pão”, ou do “caminhão das verduras” entrando e comercializando alimentos com certo grau de naturalidade de quem os compra, ou seja, as famílias assentadas. Assim, os alimentos não têm mais a direção do assentamento para a cidade, e sim da cidade para o assentamento. As transformações ocorridas na organização do tempo e do espaço dos assentados indicam uma nova forma de se relacionar com o seu mundo, em que a re-construção da noção de autonomia segue qualquer outra referência, que não tem na garantia da reprodução social a sua máxima prioridade.

Nos assentamentos de Santa Rita e Sepé Tiarajú, atualmente, perante um agroecossistema conhecido (passados mais de vinte anos da implantação dos assentamentos), observa-se a desvinculação da ideia de sobrevivência por meio do trabalho na lavoura. Essa ideia é bem expressa na fala dessa assentada.

Eu já trabalhei bastante, hoje eu não tenho mais vontade de trabalhar na lavoura, de fazer as coisas pra casa ou pra vender. Hoje dou graças a Deus de ser aposentada, ter um dinheirinho pra mim viver e comprar comida. A preocupação de produzir a gente sempre teve, mas as coisas não dão certo. A gente vai desistindo (ENTREVISTADA 4, SR).

As sucessivas especializações agrícolas com base primeiramente no trigo, em seguida na soja e, depois, na produção de leite, sugerem uma preocupação dos assentados em participar do mercado já estruturado na região. Hoje, os dois assentamentos apresentam uma organização de produção comercial, com predominância da produção de leite e, em menor importância, do cultivo da soja.

A soja ainda aparece para os assentados com a perspectiva semelhante do passado: com a esperança de um bom retorno financeiro em um ano em que o preço estiver em alta no mercado. Há uma expectativa de que esta atividade será a responsável pela transformação de dimensão econômica dos assentados. Enquanto isso não acontece, a produção de leite aparece como aquela atividade que mantém as famílias com uma renda fixa mensal. Os assentados sabem que a venda do leite garante uma renda que pouco sofrerá com ações externas, mesmo percebendo o baixo valor pago pelo produto. “O dinheiro do leite dá pra gente se manter, dá pra sobreviver. É pouquinho, mas a gente sabe que é seguro” (ENTREVISTADA 4, SR).

No assentamento Santa Rita a idade avançada e a juventude querendo “uma vida melhor” (ENTREVISTADO 2, SR), indo buscar nas cidades vizinhas um futuro diferente, aparecem como o argumento para negar a diversificação como uma estratégia de segurança alimentar, enquanto no Sepé Tiarajú aparece a “falta de recursos para investir” como a principal limitação. Comparem-se os depoimentos:

Hoje o pessoal está envelhecendo e se aposentando, e por isso está abandonando as plantações, está abandonando o trabalho lavoura. Nem pra comer [...] produzem mais! O pessoal mais novo está saindo também. Não querem ficar. E não deveria ser assim. Nós aqui já estamos velhos, mas as coisinhas ainda queremos fazer, pra gente se manter, pra gente viver. E a gente sabe que essas pessoas que pararam com tudo [com o trabalho] pra viver de aposentadoria chamam a gente de burro porque ainda trabalhamos na terra (ENTREVISTADA 01, SR).

Meu maior problema é plantar sem ter um incentivo. Estou lidando com as vacas só pra pagar o banco. Daí eu vendo o leite e soja pra pagar o banco, daí pego dinheiro no próprio banco pra plantar de novo. Então fica muito difícil pra gente melhorar, pra gente fazer outras coisas. Eu tenho aquela horta ali, está mal. E essas poucas galinhas aí que tu estás vendo. (ENTREVISTADO 11, ST).

Nesta discussão a respeito da organização da produção, há necessidade de se contextualizar a atual situação das hortas e das criações de animais, com fins de compreender as prioridades das famílias assentadas.

No assentamento Santa Rita, o tamanho médio das hortas é de 20 m², com predominância de cebola e couve. As hortas não parecem ter um significado de orgulho e prestígio entre os assentados. Na hora de apresentar este espaço, os assentados se desdobravam em explicações pela baixa diversidade de hortaliças. “Antigamente, eu plantava cenoura, beterraba, pepino, tudo que era salada, mas agora a terra está muito ruim (ENTREVISTADA 08, ST)”.

Na área destinada aos pomares, identificou-se a predominância de bergamota e laranja. Entretanto, as duas famílias que optaram por manter a produção de alimentos para consumo doméstico apresentam uma diversidade muito maior tanto na horta como no pomar, a saber: bergamoteira, laranjeira, videira, pêsegueiro, limoeiro, ameixeira, caquizeiro, figueira, guabijuzeiro, butiazeiro, romanzeira e fruta do conde.

No assentamento Sepé Tiarajú, as condições não são muito diferentes. O tamanho das áreas destinadas às hortas é um pouco maior, em torno de 50 m², ganhando destaque os cultivos de alface, cebola e couve. É importante destacar que, no assentamento Sepé Tiarajú, foi comum visualizar espaços físicos destinados às hortas, porém, sem nenhum tipo de cultivo, ou então apenas com poucas ervas medicinais. No espaço do pomar, assim como no assentamento Santa Rita, há predominância do cultivo de laranjeira e bergamoteira.

Essas duas estratégias (hortas e pomares) ainda presentes nos lotes, porém debilitadas, contribuem para mascarar uma realidade de empobrecimento alimentar das famílias assentadas. Ou seja, mesmo algumas famílias produzindo apenas cebolas em suas hortas e laranjas no pomar, podiam dizer “**Sim!** Nós temos horta e temos pomar! (ENTREVISTADO 12, ST)”. Na constatação prática, entretanto, observa-se que as “hortas” existentes cumprem papel pouco relevante na alimentação das famílias entrevistadas.

Quanto às criações animais, estas aparecem igualmente debilitadas. A criação de galinhas apareceu com baixo número por família no assentamento Santa Rita, perfazendo uma média geral de 15 aves por família, e os suínos apareceram em apenas duas famílias.

Quanto ao processamento caseiro de alimentos, esta estratégia alimentar, que, em certa medida, foi suprimida ao longo do tempo, poderia representar uma interessante retomada na diversificação de produtos alimentares para as famílias. Não se encontram, atualmente, nos assentamentos, os mais diversos tipos de alimentos que poderiam ser processados a partir do leite, que sejam do gosto e da cultura desses assentados.

Entretanto, há no assentamento Santa Rita, o moinho para processamento de farinhas de milho e trigo, construído a partir do investimento do Programa Terra Sol (INCRA), em 2006⁷. Com a construção do moinho, desencadeou-se a possibilidade de atender ao consumo doméstico das famílias e à fabricação de ração para os animais, e, ainda, de estimular uma atividade empreendedora na diversificação produtiva.

O moinho está em caráter experimental, entretanto, as famílias já estão processando farinhas de milho, mandioca e batata-doce, que são utilizadas na elaboração de bolachas e pães. As mulheres assentadas estão resgatando antigas receitas e práticas de família que contêm esses ingredientes. Assim, o início das atividades do moinho poderá contribuir para as assentadas retomarem o processamento de alimentos, tendo nos panificados a motivação, que, talvez, poderá se estender ao início do processamento dos derivados do

⁷ É importante ressaltar que o moinho, hoje, passa por um impasse para liberação de sua operação. O primeiro limitante para inauguração e operação do moinho foi colocado pela Fundação Estadual de proteção Ambiental (FEPAM/RS) devido a áreas de Área de Preservação Permanente (APP) estarem sem vegetação. Assim, a FEPAM condicionou a Licença de Operação à um Plano de Compensação Ambiental (PCA). Em relação à esse plano, é importante destacar que ele vem sendo trabalhado por um grupo conveniado entre UFSM e INCRA, denominado SOMAR. O SOMAR constitui-se enquanto um núcleo de assessoria técnica aos empreendimentos que receberam investimentos do Programa Terra Sol nos assentamentos do RS. Tal grupo vem trabalhando juntamente com os assentados, alunos de graduação e pós-graduação do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER/UFSM) no Plano de Compensação Ambiental para recuperação das áreas de APP. Maiores informações no site: www.terrasolrs.com.

leite. Isto é uma possibilidade interessante, de recuperação desta estratégia de segurança alimentar.

O discurso dos assentados e o discurso oficial da Via Campesina

Sabe-se que a humanidade teve condições de se sustentar e se expandir graças ao homem observar e se entrosar com o meio natural, buscando sua sobrevivência, a partir dessa observação e da aplicação dos conhecimentos gerados a partir das suas experiências. O aperfeiçoamento desses conhecimentos contribuiu, gradualmente, para determinar a forma com que os agricultores se relacionam com o meio natural, com fins de obter seus alimentos e outras matérias primas necessárias para a sua sobrevivência.

A modificação da estrutura organizativa (a desestruturação das especializações), a substituição de insumos de síntese química pelos manejos orgânicos, além da adequação dos seus conhecimentos à realidade local, são também orientações pertinentes da cúpula (VIA CAMPESINA, 2011) em relação à garantia da produção de alimentos. Assim, o sistema alimentar de hoje, baseado em especializações e dominado por corporações agroalimentares, é fortemente criticada pela Via Campesina.

Amplia ejecución de políticas a favor de la soberanía alimentaria como son la protección de mercados locales del dumping, la lucha contra el acaparamiento y especulación por parte de las corporaciones, la definición de sistemas para garantizar precios justos para la producción campesina de alimentos, y para los consumidores (VIA CAMPESINA, 2011, p. 16).

A Via Campesina transmite a idéia de que os alimentos são uma fonte de vida e não um simples produto comercial, entretanto é válido ressaltar que os fatores externos, tais como políticas públicas afetam a decisão dos agricultores. Ou seja, a prioridade em manter uma fonte diversa de alimentos é um dos princípios que esta entidade defende, repassando para os assentados de reforma agrária recomendações sobre como organizar suas produções agrícolas, as quais deveriam incluir as estratégias de segurança alimentar.

Ou seja, *o pensar e o agir* à unidade produtiva são centrais para identificar se os assentados estão seguindo as orientações derivadas da sua cúpula, analisando os possíveis avanços, retrocessos e contradições do assentamento.

No contexto dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, os assentados se referem ao movimento da luta pela terra como algo “fracassado”. Para os assentados do assentamento Santa Rita, “depois de ser assentado, a realidade muda, porque os interesses mudam, e os objetivos não são mais os mesmos do período do acampamento” (ENTREVISTADA 02, SR). Ou seja, a luta em comum, que se refere à conquista da terra no período de acampamento, é transformada em interesses e prioridades particulares no período posterior a ser assentado.

No assentamento Sepé Tiarajú, os assentados enxergam o Movimento também como fracassado, porém, com um sentimento de agradecimento pela oportunidade de conquista da terra. É importante ressaltar que todo o tempo de diálogo e entrevistas os assentados se referiam ao MST e a Via Campesina como “o movimento”, ou então “agradecemos ao movimento”, transmitindo uma ideia de que eles não fazem mais parte das lutas travadas pela Via Campesina.

A respeito dessa constatação de que para os assentados a luta do Movimento “está fracassada”, abre-se uma lacuna na sua forma de *pensar* a produção do lote. Pois, sem a referência ou com um descrédito na luta da Via Campesina, não há como haver um compromisso das famílias sobre inclusão das orientações da cúpula sobre segurança alimentar na sua organização diária.

Ou seja, as famílias não têm um sentimento de dever a ser cumprido após serem assentadas, como, por exemplo, organizar sua produção agrícola com base na

diversificação e aplicar os conhecimentos sobre manejo ecológico. Assim, novos valores em relação à sua realidade de assentados vão aos poucos sendo re-construídos.

No assentamento Sepé Tiarajú, há um discurso claro sobre o trabalho penoso que são as atividades agrícolas. O motivo que incentiva as famílias a permanecerem no meio rural se dá pela falta de perspectiva que o meio urbano oferece. Para eles, a decisão em ficar no lote se deve em grande medida pela “falta de estudo”, e não pela garantia de sobrevivência da família a partir do seu trabalho, ou pela identificação em trabalhar na agricultura.

Outra entrevistada relata que no meio rural “não existe atrativo que proporcione aos jovens optarem por ficar trabalhando com os pais” (ENTREVISTADA 2, SR). Ou seja, a perspectiva de ficar no lote não se deve pela identificação e pelo sentimento de pertencimento ao meio rural, mas sim por outros elementos, como a possibilidade de desemprego ou outras mazelas que o meio urbano pode vir a oferecer.

Quanto à preocupação em repassar as técnicas agrícolas relacionadas às estratégias de segurança alimentar, os assentados relatam sobre a tentativa de transmitir esses conhecimentos aos filhos e netos, porém, essa juventude não aparenta estar interessada.

Eu tentava ensinar ela [a filha] a fazer as coisas para ela sobreviver daqui. Eu sempre incentivei. Mas ela nunca quis aprender. Tanto que hoje ela mora na cidade. E a gente sabe que na cidade não é nada fácil. Aqui no interior ela teria condições de viver diferente (ENTREVISTADA 4, SR).

Ou seja, nesse ponto de permanência no lote há uma diferença de discurso. É verdade que esses assentamentos não oferecem uma estrutura convidativa e nem incentivos aos jovens para permanecer no lote. Mas é preciso fazer uma distinção se a juventude anseia por atrativos do meio urbano ou se deseja manter um modo de vida com os conhecimentos e a realidade que os pais buscaram ensinar. “A juventude gosta de festa, de namorar, de teatro, de cinema, de cultura, de receber um dinheirinho por um trabalho, e aqui não tem nada disso” (ENTREVISTADA 2, SR). Na fala dessa assentada, se observa que o meio urbano se tornou referência de “vida melhor” para a juventude.

Assim, é possível observar uma transformação no que, de fato, é importante para estas duas gerações: a dos pais, assentados há mais de vinte anos, e a dos jovens, que buscam viver uma realidade diferente, através de uma fonte de renda que vislumbra na cidade. Observa-se que o núcleo familiar passa por transformações de interesses e de valores, sendo o meio urbano uma nova referência, em especial para os mais jovens, de garantia da sua reprodução social.

Conclusão

O meio rural não deve ser visto apenas como um ambiente de produções agropecuárias, mas também como um espaço, que produz um modo de vida específico dos sujeitos sociais, que constroem sua história e sua tradição calcados no trabalho diário de *lida com a terra*. E nesse modo de vida específico está imbricada a manutenção das estratégias de segurança alimentar, geração após geração.

Partindo da compreensão que a garantia da dimensão alimentar para o grupo doméstico é inerente ao universo de agricultor, buscou-se refletir sobre alguns aspectos que podem estar contribuindo para impactar esta dimensão. A *essência de agricultor*, ou seja, a essência de vida é atingida quando se percebe a intervenção do discurso de desenvolvimento capitalista nos espaços de assentamentos de reforma agrária, que corrompe os agricultores no sentido de desconstruir as características comuns aos sujeitos rurais, contradizendo as orientações emanadas pela sua cúpula. Nesta perspectiva, o agricultor, moldado pelo discurso de desenvolvimento, re-configura a unidade produtiva,

com fins de atender o mercado, re-configurando também a lógica interna da família, como a eleição das prioridades para o grupo doméstico.

Outro elemento destacado se refere à adoção de práticas alimentares muito semelhantes às do meio urbano, caracterizando-se pelo elevado consumo de alimentos industrializados. Neste aspecto, são apontadas como causa a proximidade com o universo urbano que leva à família uma noção de comodidade de comprar e não produzir, além dos preços relativamente baixos dos alimentos industrializados, sendo também importantes na decisão referente às estratégias de segurança alimentar.

A organização da produção está fortemente calcada nas necessidades do mercado instalado na região, sendo que os espaços físicos destinados às produções de subsistência já estão cobertos pelo sistema produtivo comercial, chegando na maioria dos casos “ao redor da casa”.

As debilidades das estratégias de segurança alimentar estão demarcadas pelo envelhecimento da população assentada e, também, pela falta de mão de obra, ocasionada pela saída dos jovens para o meio urbano. Entretanto, essas debilidades já vêm ocorrendo há certo tempo, sendo que as estratégias tradicionais de segurança alimentar, que garantiam a reprodução social do grupo familiar, vêm sendo gradualmente abandonadas pelos assentados ao tentarem acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico imposto ao meio rural.

No que se refere aos discursos, foi possível observar que a Via Campesina propõe aos assentados a prática de uma agricultura diversificada, em que a dimensão alimentar aparece como o carro-chefe dentre as lutas defendidas pela cúpula. A garantia da autonomia, em especial a alimentar, aparece como fruto do trabalho desempenhado no lote. Entretanto, observou-se, na realidade dos dois assentamentos estudados em Capão de Cipó (RS), que a imagem que os assentados têm da sua cúpula é de um Movimento que falhou ao longo do tempo, em particular, por não ter garantido o processo de reforma agrária, resultando no fato de ainda existem muitas famílias sem terra para serem assentadas.

Dessa forma, identifica-se que está em curso uma re-configuração na dimensão alimentar das famílias rurais, que implica necessariamente no poder de pensar e agir sobre a unidade agrícola familiar. A problemática que essa re-configuração traz consigo é a fragilização da autonomia alimentar que é intrínseca desta categoria social, em especial para os assentados de reforma agrária. Visto que estes são orientados no sentido de manter a segurança alimentar do grupo familiar com vistas a construir uma nova forma de se relacionar com o mundo rural, respeitando o meio natural, as culturas e os sujeitos do meio rural.

Referências

ALMEIDA, J. A.. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. V Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA. Florianópolis, EPAGRI, 2002, **Anais em CD**.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C.. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Revista Mercator**. Universidade Federal de Ceará. Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidades: novas identidades em construção. XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, 1997, **Anais em CD**.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, II., 2004, Olinda. **Relatório Final**. Olinda: 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publicacoesarquivos/relatorio-final-ii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

CONTI, I. L.. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. 2001, Havana. **Declaração Final**. Havana: 2001. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

FARIAS, M. de F. L. de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 10, n. 11. p. 33-47, jul-dez de 2007.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**. Campinas, p. 145-158, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1763>. Acesso em: 25 mar. 2011.

PLOEG, J. D. V. d.. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. In:_____. **Entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de informações**. 17ª reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 145-158.

VALENTE, F. L. S. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In:_____. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 103-136.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty**. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação +5. Roma, Itália. 2002.

VIEIRA, F. B.. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? **III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**. Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2008. Disponível em: <www.uel.br/gepal/anais>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Recebido para publicação em 25 de fevereiro de 2013

Devolvido para revisão em 16 de agosto de 2013

Aprovado para publicação em 04 de novembro de 2013